

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Bolsonaristas radicalizam e levam a crise ao Congresso

A volta do recesso parlamentar, ontem, mostrou o agravamento da crise política que abala a República. A prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro, determinada pelo ministro Alexandre de Moraes por descumprimento de medidas cautelares, desencadeou reação imediata dos parlamentares de oposição, liderados pelo PL, que ocuparam as mesas diretoras da Câmara e do Senado, afrontaram seus presidentes, o deputado Hugo Mota (Republicanos-PB) e o senador Davi Alcolumbre (União-AP), e ainda ameaçam promover a obstrução total das votações do Congresso.

A cena de parlamentares impedindo o trabalho regular do Congresso não encontra paralelo recente na história. Mas ecoa o ambiente anárquico e radical que antecedeu a invasão dos palácios da Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, como se fosse a retomada de um fio da história da tentativa de golpe de Estado. Ao decretar a prisão domiciliar de Bolsonaro, Moraes tirou da garrafa o gênio da desestabilização das relações entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso.

Com a maior bancada da Câmara, o PL protagoniza a tentativa de emparelhamento de Motta e Alcolumbre, para que ponham em votação, nesta semana, a anistia ao ex-presidente e aos demais envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro, na Câmara, e o impeachment de Moraes, no Senado, onde já há 35 das 41 assinaturas de senadores necessárias para impor esta pauta.

Considerada desnecessária e exagerada por setores da magistratura, inclusive alguns ministros do STF, a prisão domiciliar de Bolsonaro foi uma resposta aos ataques que a Corte vem sofrendo por parte da oposição e ao descumprimento de medidas cautelares aplicadas ao ex-presidente, como participar de manifestações físicas ou virtuais. Mas fragilizou o amplo apoio que o julgamento do ex-presidente vinha tendo do Centrão e de setores moderados da oposição.

Essa fratura facilitou a ofensiva coordenada pelos senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado, e pelos deputados Sóstenes Cavalcanti (RJ), líder do PL, e Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está nos Estados Unidos, onde articulou a adoção pelo presidente Donald Trump do tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros.

Há um realinhamento de forças políticas no país em razão da intervenção direta de Trump em favor de Bolsonaro. Desde o golpe militar de 1964, que foi vitorioso, não ocorre uma interferência dos Estados Unidos dessa magnitude na política brasileira, em apoio aberto ao ex-presidente, seus filhos e seus aliados. Não tem precedentes a forma como o tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros está sendo comemorado por Bolsonaro e a bancada do PL, como um golpe para desestabilizar o governo Lula e impor ao Supremo uma decisão favorável ao ex-presidente.

### Paralelo histórico

Nem de longe as medidas do STF têm paralelo, por exemplo, embora de natureza ideologicamente oposta, com a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947, após declarações de seu secretário-geral, Luiz Carlos Prestes, no ano anterior. A Guerra Fria dava seus primeiros passos. O Brasil, recém-saído da ditadura Vargas e com uma Constituição democrática em vigor, vivia um momento de intensa disputa ideológica. Nesse contexto, respondendo a uma pergunta hipotética e capciosa, Prestes afirmou: “Se houver guerra entre o Brasil e a União Soviética, estarei ao lado da União Soviética”.

Interpretada como prova de lealdade a uma potência estrangeira, a frase caiu como uma bomba no Congresso e na opinião pública. O governo Dutra, alinhado aos EUA, reagiu com rapidez: o PCB foi acusado de agir contra a segurança nacional. Em 1947, seu registro foi cassado e, em seguida, seus parlamentares perderam o mandato. O partido mergulhou na clandestinidade e a repressão contra seus militantes se intensificou. Somente em 1985, no governo Sarney, o PCB voltou a ser um partido legal.

O “sincericídio” de Prestes, embora coerente com sua ideologia, foi usado historicamente como argumento para justificar uma medida drástica de exclusão política. A lógica era: uma força que age em sintonia com interesses estrangeiros contra o próprio país não pode permanecer no jogo democrático. Oito décadas depois, o paralelo não está na ideologia, mas no caráter da ação política: a atuação contra a soberania nacional e as instituições democráticas.

Bolsonaro e seus filhos estimulam, de forma aberta, que Trump imponha sanções e tarifas contra o Brasil para constranger o Judiciário e obter vantagens políticas internas. Em momento de grave tensão diplomática, porém, a reação do Supremo nem de longe se compara àquela aplicada ao PCB. O paralelo somente tem sentido para mostrar que certos limites constitucionais estão sendo ultrapassados, em embargo das críticas às medidas cautelares adotadas por Moraes.

Alcolumbre classificou a ação de ontem como “exercício arbitrário das próprias razões”, lembrando que o Congresso tem “obrigações com o país” na apreciação de matérias essenciais. Motta adotou tom mais neutro, mas reforçou que decisões judiciais devem ser cumpridas. Ambos, porém, enfrentam o mesmo dilema: como retomar os trabalhos sem ceder à chantagem política.

## PODER

# Itamaraty elabora reação à investigação contra Pix

Chanceler trabalha na resposta ao governo norte-americano, que vê “irregularidades” no método de pagamento e acusa o Brasil de estimular o contrabando e a falsificação

» VICTOR CORREIA  
» FERNANDA STRICKLAND

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, anunciou, ontem, que o governo responderá à investigação aberta pelo governo dos Estados Unidos contra o Brasil mirando o Pix e outros elementos da economia, como a venda de produtos falsificados e contrabandeados na Rua 25 de Março, em São Paulo. Segundo o chanceler, a resposta será enviada até 18 de agosto.

“Sobre a investida da Seção 301 da lei de comércio norte-americana, que questiona o nosso Pix e outras práticas brasileiras absolutamente legítimas, gostaria de informar que o Itamaraty está preparando a resposta”, disse o ministro, na 5ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável.

Segundo o chanceler, a diplomacia brasileira está empenhada na negociação dos termos comerciais da relação entre o Brasil e os EUA. Para confirmar isso, citou seus encontros com o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, e com o representante da Casa Branca para Comércio Exterior, Jamieson Greer, entre outras reuniões sobre o tema.

Vieira, porém, descartou que o Brasil vá aceitar negociar questões de soberania para amenizar as pressões de Trump contra o Supremo Tribunal Federal (STF), em função da ação em que o ex-presidente Jair Bolsonaro é réu por tentativa de golpe de Estado. “Estamos abertos a discutir os temas comerciais. Ressaltei, por outro lado, que a integridade das instituições constituídas, a democracia e a soberania brasileira não são negociáveis”, frisou.

No mesmo evento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o governo não permitirá que os minerais raros sejam explorados por países estrangeiros, como no passado. Isso porque houve o contato de Gabriel Escobar, encarregado de negócios do EUA no Brasil — e que está à frente da embaixada —, dias atrás, com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), no qual demonstrou interesses do governo de Washington nesses elementos. Por causa disso, chegou a ser difundida a versão de que o Palácio do Planalto poderia incluí-los em eventuais negociações para a suspensão do tarifaço de 50% baixado pelo presidente Donald Trump sobre parte das exportações brasileiras.

“Contamos com a maior reserva mundial de nióbio, a segunda de níquel e de terras raras, e a terceira de manganês e de bauxita. Estamos construindo uma política nacional que vai garantir que a exploração desses recursos traga ganhos ao povo brasileiro”, enfatizou Lula.

O comentário do presidente é um contraponto ao do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que afirmou, na segunda-feira, que haveria a possibilidade de acordos de cooperação com os EUA envolvendo terras raras e minerais críticos. “Temos minerais críticos e terras raras. Os Estados Unidos não são ricos nesses minerais. Podemos fazer acordos de cooperação para produzir baterias mais eficientes na área tecnológica”, disse o ministro, em entrevista à BandNews.

Lula afirmou, ainda, que criará um conselho de política mineral ligado diretamente à Presidência da República para evitar que esses elementos sejam entregues ao exterior. “Temos um conselho de política mineral que vou trazer para a Presidência da República. Vai funcionar ligado ao meu umbigo para que a gente não veja ninguém vendendo as coisas que a gente tem sem passar por uma discussão. Se essas terras raras e esses minerais críticos existem de verdade no Brasil, eles são nossos. A gente não vai permitir que sejam explorados como outros minérios por tanto tempo”, anunciou Lula. (Com Agência Estado)

Carlos Cruz/MRE



**Estamos abertos a discutir os temas comerciais. Ressaltei, por outro lado, que a integridade das instituições constituídas, a democracia e a soberania brasileira não são negociáveis”**

Chanceler Mauro Vieira

**SKECHERS**  
HANDS-FREE  
**Slip-ins**

**GLIDE-STEP**

**MÃOS LIVRES  
É SÓ CALÇAR E SAIR**

**DIA DOS PAIS  
COM CONFORTO**

**Harry Kane**

**Sem abaixar.  
Sem encostar.  
É só calçar e sair.**

**NUNCA MAIS TOQUE NOS SEUS CALÇADOS**

**LAVÁVEL À MÁQUINA**

**O design único Heel Pillow™ mantém seus pés seguramente no lugar!**